

CONV 523/03

NOTA INFORMATIVA

de:	Secretariado
para:	Convenção
Assunto:	Síntese dos trabalhos do Grupo de Contacto "Regiões e Autarquias Locais"

1. Em 30 de Janeiro de 2003, o Grupo de Contacto "Regiões e Autarquias Locais " realizou uma reunião a que presidiu Jean-Luc Dehaene, Vice-Presidente da Convenção, e em que participaram cerca de cem representantes do Comité das Regiões, das organizações europeias do poder regional e local ¹, tanto de carácter generalista como sectorial, do Congresso das Autarquias Locais e Regionais da Europa e das diversas regiões e cidades. A reunião destinava-se a fazer o ponto da situação dos trabalhos da Convenção e a preparar a sessão plenária de 7 de Fevereiro, consagrada ao tema "Dimensão Regional e Local na Europa". Os participantes tiveram oportunidade de tomar conhecimento do documento de reflexão que o Praesidium apresentou aos membros da Convenção (doc. CONV 518/03), bem como de expor perante a Convenção os seus pontos de vista e as suas expectativas.
2. Todos os participantes manifestaram grande interesse pela nota do Praesidium, tendo feito votos de que a Convenção dê uma resposta positiva às perguntas que nela são formuladas. Assim, os membros do Grupo apoiaram unanimemente a possibilidade, oferecida pela nota, de incluir uma referência às autarquias regionais e locais nos primeiros artigos da Constituição (cf. pergunta 1 da nota). O mesmo sucedeu a respeito das reflexões acerca da consulta e da parceria com o poder local (cf. pergunta 2).

¹ Assembleia das Regiões da Europa (ARE), Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE), Associação das Regiões Ultraperiféricas (ARUP), Associação Europeia de Eleitos de Montanha (AEEM), Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias (CALRE), Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE), Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM), EUROCIDADES, Conferência das Regiões com Poder Legislativo (REGLEG).

3. Além disso, os participantes acordaram em solicitar que:
- a) Os princípios da democracia e da livre administração do poder local, consignados na Carta Europeia de Autonomia Local do Conselho da Europa, figurem entre os valores fundamentais da União;
 - b) A coesão territorial se conte entre os objectivos da União;
 - c) A União apoie os serviços de interesse geral, tendo presente que muitos destes serviços são prestados pelas autarquias regionais e locais.
4. Os representantes do Comité das Regiões, observadores na Convenção, recordaram os contributos que recentemente apresentaram ¹. Além de sublinharem o seu apoio às propostas formuladas no âmbito do Grupo de Contacto, salientaram que o Comité pretende receber o estatuto de instituição da UE e obter direito de recurso perante o Tribunal, no quadro do procedimento proposto pela Convenção em matéria de subsidiariedade, e também para defender as suas prerrogativas. Manifestaram igualmente o desejo de que o mandato dos membros do CDR passe de quatro para cinco anos e de que as instituições exponham os motivos que as impediram de seguir os pareceres do Comité.
5. Foram ainda realizados debates sobre os seguintes temas, em especial:
- a) Regiões situadas nas fronteiras internas da União: foi solicitado que estas regiões possam dispor de um instrumento jurídico destinado a fomentar a cooperação transfronteiras;
 - b) Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada pelo Conselho da Europa: esta Carta foi já ratificada por todos os países candidatos e por quase todos os Estados-Membros, com excepção de dois, onde o processo de ratificação está em curso; considerou-se que a União poderá posteriormente aderir à Carta, logo que possua personalidade jurídica, como prevê a Convenção.

¹ Docs. CONV 494/03 e 520/03.

6. Por último, foi possível proceder a uma troca de opiniões aprofundada sobre o direito de recurso das regiões com poder legislativo. Os representantes das regiões em causa insistiram em que esta questão não fique dependente da evolução da jurisprudência e consideraram insatisfatória a proposta que consta do ponto 8 da resolução de 14 de Janeiro do Parlamento Europeu ¹.
7. Concluindo os debates, o Vice-Presidente Jean-Luc Dehaene propôs que, além da nota do Praesidium (doc. CONV 518/03), seja transmitido aos membros da Convenção, para informação, um resumo sintético da reunião, acompanhado do quadro sinóptico (elaborado pelas associações) das diversas propostas actualmente disponíveis.

¹ "Exorta a Convenção a assegurar que as regiões e outras entidades territoriais, à luz do princípio da subsidiariedade e em caso de violação das suas prerrogativas por um acto comunitário, possam defender os seus direitos no Tribunal de Justiça, sob a autoridade do Estado-Membro em questão, em conformidade com a respectiva legislação constitucional ou nacional."

Documento de trabalho das Associações Europeias de Autarquias Locais e Regionais ¹
à atenção dos Membros da Convenção Europeia
Sessão plenária de 7 de Fevereiro, consagrada ao tema "Dimensão Local e Regional da União"

CONSIGNAÇÃO DO PAPEL DOS ACTORES LOCAIS E REGIONAIS

NO TRATADO CONSTITUCIONAL

**Quadro sinóptico das propostas das Associações de Autarquias Locais e Regionais, do Parlamento Europeu,
da Comissão Europeia e do Comité das Regiões, apresentadas na reunião do
Grupo de Contacto "Regiões e Autarquias Locais", realizada em 30 de Janeiro de 2003,
sob a presidência de Jean-Luc Dehaene**

Plataforma das Associações:

ARE – Assembleia das Regiões da Europa

ARFE – Associação das Regiões Fronteiriças Europeias

CALRE – Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias

CMRE – Conselho dos Municípios e Regiões da Europa

CRPM – Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa

EUROCIDADES – Rede das Grandes Cidades Europeias

e

REGLEG – Conferência das Regiões com Poder Legislativo

¹ O presente quadro sinóptico foi elaborado pela Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa.

1. Respeito pelas identidades nacionais, regionais e locais

INSTITUIÇÃO/ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA ¹	POSIÇÃO NO TRATADO ²
Plataforma das Associações	<i>"A União contribuirá para a preservação e o desenvolvimento dos valores comuns no respeito da diversidade das culturas e das tradições dos povos da Europa, bem como da identidade nacional dos Estados-Membros e da organização dos respectivos poderes políticos aos níveis nacional, regional e local."</i> <i>"A União actuará no respeito pelas identidades nacionais dos Estados-Membros, pela respectiva organização interna e pela autonomia das suas regiões e municípios."</i>	Preâmbulo Artigo 6.º
Parlamento Europeu	<i>"A União respeitará a identidade nacional dos Estados-Membros, a respectiva estrutura interna e a autonomia das regiões e dos municípios."</i>	N.º 3 do artigo 6.º
Comissão Europeia	Deve ser mencionado no Tratado que a integração se fará <i>"no respeito da diversidade das identidades nacionais, regionais e locais."</i>	Não especificado
Comité das Regiões	<i>"A União actuará no respeito pela identidade nacional dos Estados-Membros da União, incluindo, de acordo com a respectiva organização interna, as suas regiões e as suas autarquias locais."</i>	Artigo 6.º

¹ Excertos dos seguintes documentos:

- Nota da plataforma de quatro organizações representativas das autarquias regionais e locais (ARFE, CMRE, CRPM, EUROCIDADES) aos membros da Convenção, tendo em vista a sessão plenária dedicada ao papel das autarquias regionais e locais na União Europeia (7 de Fevereiro de 2003);
- "Conferir valor constitucional ao papel das autarquias locais e regionais na União Europeia": documento de trabalho das organizações europeias de autarquias locais e regionais (ARE, ARFE, CMRE, CRPM, EUROCIDADES), de 23 de Outubro de 2002;
- Resolução do Parlamento Europeu sobre o papel das autoridades regionais e locais na construção europeia (2002/2141 (INI));
- Comunicação da Comissão sobre a arquitectura institucional – "Para a União Europeia, Paz, Liberdade, Solidariedade" (COM (2002) 728 final)
- Parecer do Comité das Regiões, de 21 de Novembro de 2002, sobre o papel das autoridades regionais e locais na construção europeia (CDR 237/2002 final);
- Contributo dos seis observadores na Convenção: "O Comité das Regiões e o futuro da União Europeia", CONV 494/03 CONTRIB 197, de 17 de Janeiro de 2003;
- Estudo de viabilidade, documento "PENÉLOPE": "Contributo para um anteprojecto de Constituição da União Europeia", elaborado por um grupo de trabalho da Comissão Europeia, sob a direcção de F. Lamoureux, a pedido do Presidente Prodi e em acordo com os Comissários Barnier e Vitorino, 4 de Dezembro de 2002.

² Referência à numeração do projecto de Tratado apresentado pelo Praesidium.

Conferência das Regiões com Poder Legislativo	<p><i>"A União contribuirá para a preservação e o desenvolvimento dos valores comuns no respeito da diversidade das culturas e das tradições dos povos da Europa, bem como da identidade nacional dos Estados-Membros e da organização dos respectivos poderes políticos aos níveis nacional, regional e local."</i></p> <p><i>– O Tratado deve ainda incluir um artigo em que se especificará que a Comunidade tem em conta – sem as pôr em causa – as regras internas dos Estados-Membros em matéria de repartição de competências.</i></p> <p><i>– O respeito pelas "identidades nacionais dos Estados-Membros", tal como estipulado no n.º 3 do artigo 6.º do TUE, deve abranger igualmente as respectivas estruturas nacionais – em especial, a repartição interna das competências –, divisões regionais e governos locais.</i></p>	
--	---	--

2. O princípio da subsidiariedade enquanto inter-relação entre os níveis comunitário, nacional, regional e local

INSTITUIÇÃO/ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA	POSIÇÃO NO TRATADO
Plataforma das Associações	<i>"A União intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros e, de acordo com os ordenamentos constitucionais nacionais, pelas autoridades regionais e locais (...)."</i>	Artigo 5.º
Parlamento Europeu	<p><i>"A União intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros ou pelas autoridades locais e regionais, com base nas competências que lhes são atribuídas nos termos do direito do Estado-Membro em questão."</i></p> <p>O artigo 5.º deveria prever um mecanismo destinado a controlar a aplicação do princípio da subsidiariedade.</p>	Artigo 5.º, 2.º parágrafo
Comité das Regiões	<i>A União intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros ou pelas respectivas autarquias locais, de acordo com as competências que lhes são atribuídas por cada Estado-Membro. A Comunidade terá em conta e respeitará as regras internas e a organização dos Estados-Membros em matéria de repartição de competências."</i>	Artigo 5.º

Conferência das Regiões com Poder Legislativo	<i>Se os parlamentos nacionais participarem no mecanismo "ex ante" de avaliação da observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, essa participação deverá ser alargada aos parlamentos regionais nas matérias da sua competência e no respeito pelas regras internas dos Estados-Membros.</i>	
--	---	--

3. Reconhecimento do princípio da democracia e da autonomia local entre os valores fundamentais da União

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA	POSIÇÃO NO TRATADO
Plataforma das Associações	"A União Europeia respeitará os direitos inerentes à autonomia local, conforme garantidos pela Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada pelo Conselho da Europa em 1985. "	Artigo 6.º
Parlamento Europeu	Apoia o pedido de que o novo quadro constitucional da União Europeia integre a Carta de Autonomia Local no acervo comunitário.	Não especificado
Comité das Regiões	"A União respeitará o princípio da autonomia regional, bem como os direitos inerentes à autonomia local consagrados na Carta Europeia de Autonomia Local do Conselho da Europa de 1985 ". O n.º 3 deveria mencionar a Carta dos Direitos Fundamentais e as disposições desta deveriam ser incorporadas no Tratado. "	Artigo 6.º

4. Referências à parceria e à consulta a montante das autoridades regionais e locais pela Comissão Europeia

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA	POSIÇÃO NO TRATADO
Plataforma das Associações	<i>"A democracia europeia é exercida através de todos os níveis de representação democraticamente eleitos – europeus, nacionais, regionais e locais – e o mais próximo possível dos cidadãos. No âmbito da preparação das propostas legislativas e das políticas ou acções susceptíveis de produzirem um impacto significativo nas autarquias regionais e locais, a União procederá, numa fase inicial, à consulta das partes interessadas. "</i> <i>"A União reconhece a necessidade de uma parceria activa entre todos os níveis de governação, incluindo as autarquias regionais e locais, para o desenvolvimento, a aplicação e a comunicação efectiva da legislação e das políticas europeias. "</i>	Capítulo sobre a vida democrática da União
Parlamento Europeu	Aditar: <i>"desenvolve a sua actividade num espírito de parceria recíproca com os Estados-Membros e as suas autoridades regionais e locais. "</i> Solicita à Comissão que, na fase de concepção e preparação dos actos legislativos e das políticas comunitárias, associe plena e constantemente as entidades responsáveis pela sua aplicação, devendo as modalidades de associação das autoridades regionais e locais a esses trabalhos preparatórios ser estabelecidas a nível nacional.	Artigo 211.º Não especificado
Comissão Europeia	<i>"Quanto à elaboração das iniciativas legislativas e à concepção das políticas, o futuro Tratado Constitucional poderia prever, de acordo com os sistemas constitucionais dos Estados-Membros, princípios gerais de consulta das partes interessadas, das administrações nacionais e das autoridades regionais e locais. Será necessário empenhar-se, quando tal for apropriado, para considerar da melhor forma a diversidade das situações locais, na fase da concepção das políticas ou da sua aplicação, por exemplo através de contratos tripartidos, que poderiam ser celebrados entre a Comissão, os Estados-Membros e as regiões ou autarquias locais para a aplicação de determinados instrumentos legislativos comunitários, de acordo com os sistemas constitucionais dos Estados-Membros. "</i>	Não especificado
Comité das Regiões	Aditar ao art.6.º os princípios da consulta e da parceria. Aditar ao artigo 211.º <i>"A Comissão deverá realizar a sua actividade num espírito de parceria com os Estados-Membros e com as autarquias locais e regionais eleitas ou os seus organismos representativos em respeito dos princípios da boa governação, e em particular do da consulta. "</i>	Artigo 6.º Artigo 211.º

PENÉLOPE	<i>" Na realização de todas as suas acções, a União respeitará as exigências de transparência, de boa governação e de descentralização "</i>	Artigo 10.º
	<i>Aditar ao artigo 88.º : " A fim de assegurar a proporcionalidade, a coerência e a transparência das acções da União, a Comissão procederá a amplas consultas às partes interessadas. "</i>	Artigo 88.º

5. Inclusão da coesão territorial nos objectivos da União Europeia

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA	POSIÇÃO NO TRATADO
Plataforma das Associações	<i>" A União Europeia tem como missão organizar de forma coerente e solidária as relações entre os Estados-Membros e entre os seus povos, por forma a garantir a coesão económica, social e territorial de todo o espaço europeu. "</i> <i>" A União promoverá e apoiará a cooperação transeuropeia (transfronteiriça, transnacional e inter-regional), e designadamente a geminação e o intercâmbio de experiências, como tarefa europeia e objectivo político. "</i> <i>" A União deverá aprofundar um projecto em que os seus cidadãos se revejam e que lhes traga prosperidade e solidariedade, bem como o respeito de uma certa qualidade de vida baseada na preservação do ambiente, na existência de serviços de interesse geral de qualidade e acessíveis a todos e num elevado nível de protecção social. "</i>	Artigo 2.º
Parlamento Europeu	Inserir no artigo 2.º <i>" a promoção da coesão territorial"</i> . Aditar ao artigo 158.º: <i>"Os Estados-Membros comprometem-se a promover a cooperação transfronteiriça nas suas fronteiras internas e externas e a criar o quadro jurídico necessário para esse efeito, bem como a aplicar o estatuto da cooperação transfronteiriça. "</i> Consolidar o n.º 2 do artigo 299.º, relativo às regiões ultraperiféricas.	Artigo 2.º Artigo 158.º, 3.º parágrafo N.º 2 do artigo 299.º
Comissão Europeia	<i>" A solidariedade exprime-se entre países e regiões da Europa. "</i>	Não especificado
PENÉLOPE	<i>" A União empenhar-se-á em promover o modelo europeu de sociedade mediante o desenvolvimento sustentável das actividades económicas e sociais e o desabrochar das culturas dos Estados-Membros, uma elevada protecção do ambiente e a solidariedade entre todas as suas regiões centrais, periféricas ou insulares. "</i>	Artigo 2.º

6. Referência às políticas comuns na parte constitucional do Tratado

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA	POSIÇÃO NO TRATADO
Plataforma das Associações	<i>" A União empenhar-se-á em colocar as políticas europeias ao serviço das missões definidas no projecto europeu e velará por que a implementação dessas políticas contribua não só para o desenvolvimento de uma economia próspera como para o reforço da solidariedade necessária para garantir a coesão da sociedade e do espaço europeu. "</i>	Título V " Implementação das acções da União "
Comissão Europeia	<i>Uma certa prudência impõe-se também quanto à forma de apresentação das políticas comuns no futuro Tratado Constitucional. Para além de uma disposição geral sobre os objectivos, o anteprojecto de Tratado Constitucional apresentado na Convenção descreve as políticas comuns, não na parte sobre a arquitectura constitucional, mas só numa segunda parte. Em caso algum esta apresentação deverá poder alterar o facto de todas as partes do futuro Tratado Constitucional integrarem o direito primário da União.</i>	Não especificado

7. Papel do Comité das Regiões

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA	POSIÇÃO NO TRATADO
Plataforma das Associações	<i>" O Tribunal de Justiça pode igualmente conhecer dos recursos de anulação interpostos pelo Comité das Regiões contra actos potencialmente lesivos do princípio da subsidiariedade. "</i>	
Parlamento Europeu	No artigo 230.º do TCE, aditar: <i>"O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias é igualmente competente para conhecer dos recursos de anulação interpostos pelo Comité das Regiões contra actos potencialmente lesivos do princípio da subsidiariedade ou com o objectivo de salvaguardar as suas prerrogativas. "</i> Aditar ao artigo 265.º do TCE : <i>" O Conselho e a Comissão elaborarão periodicamente um relatório fundamentado sobre as medidas adoptadas na sequência dos pareceres do Comité das Regiões. "</i>	Artigo 230.º Artigo 265.º
Comissão Europeia	<i>É necessário "considerar" da melhor forma "o conjunto das missões exercidas pelos órgãos da União e, nomeadamente, pelo Comité das Regiões. "</i>	Não especificado

Comité das Regiões	Aditar à lista das instituições do artigo 7.º " <i>um Comité das Regiões</i> ". Aditar na Parte V uma secção intitulada " <i>O Comité das Regiões</i> ". Aditar ao artigo 230.º: " <i>O Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos recursos com fundamento na violação do princípio da subsidiariedade interpostos por um Estado-Membro, por uma região ou uma autarquia local de um Estado-Membro no âmbito das suas competências legislativas ou pelo Comité das Regiões. O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer dos recursos interpostos pelo Parlamento Europeu, pelo Tribunal de Contas, pelo Banco Central Europeu e pelo Comité das Regiões com o objectivo de salvaguardar as respectivas prerrogativas.</i> "	Artigo 7.º Parte V, " As instituições " Artigo 230.º
Parecer complementar ARE-REGLEG-CALRE	Aditar no final do segundo parágrafo do artigo 230.º: " <i>Para o efeito, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos recursos com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação do presente Tratado ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, interpostos por um Estado-Membro, pelo Conselho, pela Comissão ou pelas regiões no âmbito das competências e direitos que lhes são atribuídos à luz da ordem constitucional dos Estados-Membros.</i> "	Artigo 230.º

8. Cooperação leal

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	FÓRMULA PROPOSTA	POSIÇÃO NO TRATADO
Plataforma das Associações	" <i>Os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais tomarão todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Tratado ou resultantes de actos das instituições da União. Os Estados-Membros facilitarão à União o cumprimento da sua missão, em cooperação com as respectivas autarquias regionais e locais.</i> "	Artigo 10.º
Parlamento Europeu	" <i>Os Estados-Membros, bem como as respectivas autoridades regionais e locais quando as disposições constitucionais o prevejam, tomarão, no âmbito das respectivas competências, todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Tratado ou resultantes de actos das instituições da Comunidade.</i> " Aditar um novo artigo 10.º-A : " <i>Nos domínios previstos nas legislações nacionais, os poderes regionais e locais dos Estados-Membros participam na consecução dos objectivos e no reforço da acção da União.</i> "	Artigo 10.º, 1.º parágrafo Artigo 10.º-A
Comité das Regiões	" <i>Os Estados-Membros e as suas autarquias locais e regionais tomarão, no âmbito das respectivas competências, todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Tratado ou resultantes de actos das instituições da Comunidade.</i> " " <i>Para os efeitos da presente disposição, todas as propostas legislativas devem incluir uma estimativa dos recursos necessários (administrativos e financeiros) para os organismos responsáveis pela execução.</i> "	Artigo 10.º

PENÉLOPE	<p>Artigo 4.º, relativo às relações entre a União e os Estados-Membros, que prevê o seguinte :</p> <p><i>" 2. Na observância do princípio da subsidiariedade, a União actuará com lealdade em relação aos Estados-Membros e preservará a identidade e a diversidade nacional e regional de cada um deles. A União respeitará a organização constitucional dos Estados-Membros, designadamente nas relações com as suas administrações locais. "</i></p>	Artigo 4.º
-----------------	---	------------